

RELATÓRIO E CONTAS 2025





1. Balanço
2. Demonstração do Resultado por Naturezas
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa
4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
5. Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados
6. Proposta de Aplicação de Resultados
7. Relatório de Auditoria
8. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





BALANÇO





CODIPOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PRODUTOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
BALANCE SHEET AS OF 31 DECEMBER 2025 AND 2024

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

ATIVO ASSETS	NOTAS		
	NOTES	31/12/25	31/12/24
ATIVOS NÃO CORRENTE NON-CURRENT ASSETS			
Ativos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>	4	2.285.076	2.442.118
Propriedades de investimento <i>Investment properties</i>	5	590.062	629.653
Ativos intangíveis <i>Intangible assets</i>	6	65.681	30.967
Outros ativos financeiros <i>Other financial assets</i>	8	690.000	346.861
		3.630.819	3.449.599
ATIVOS CORRENTES CURRENT ASSETS			
Créditos a receber <i>Receivables</i>	8	75.309	40.905
Adiantamentos a fornecedores <i>Advances to suppliers</i>	8	5.671	613
Estado e outros entes públicos <i>State and other public entities</i>	12	21.364	2.298
Associados e membros <i>Associated and members</i>	8	437.906	348.949
Diferimentos <i>Deferred costs</i>	9	216.683	190.899
Outros ativos correntes <i>Other assets</i>	8	59.980	79.090
Outros ativos financeiros <i>Other financial assets</i>	8	826.873	1.050.011
Caixa e depósitos bancários <i>Cash and bank deposits</i>	3	881.097	1.192.247
		2.524.883	2.905.012
Total do ativo Total assets		6.155.702	6.354.611

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO FUNDS AND LIABILITIES			
FUNDOS PATRIMONIAIS FUNDS			
Resultados transitados <i>Retained earnings</i>	10	5.057.193	5.579.189
		5.057.193	5.579.189
Resultado líquido do exercício <i>Net result for the year</i>	10	(376.516)	(521.996)
Total de fundos patrimoniais Total funds		4.680.677	5.057.193
PASSIVO NÃO CORRENTE NON-CURRENT LIABILITIES			
Outros passivos não correntes <i>Other liabilities</i>	8	8.000	-
		8.000	-
PASSIVO CORRENTE CURRENT LIABILITIES			
Fornecedores <i>Suppliers</i>	8	335.902	258.538
Adiantamento de clientes <i>Advances from customers</i>	8	26.755	27.475
Estado e outros entes públicos <i>State and other public entities</i>	12	83.463	96.377
Associados e membros <i>Associated and members</i>	8	26.619	24.191
Financiamentos obtidos <i>Obtained loans</i>		7.312	3.837
Diferimentos <i>Deferred gains</i>	11	51.616	32.459
Outros passivos correntes <i>Other liabilities</i>	8	935.358	854.541
		1.467.025	1.297.418
Total do passivo Total liabilities		1.475.025	1.297.418
Total dos fundos patrimoniais e do passivo Total equity and liabilities		6.155.702	6.354.611

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIRETOR GERAL | GENERAL MANAGER

DIREÇÃO | MANAGEMENT



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS





CODIPOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PRODUTOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

| INCOME STATEMENT BY NATURE FOR THE YEARS ENDED ON 31 DECEMBER 2025 AND 2024

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS INCOME AND LOSSES	NOTAS		
	NOTES	31/12/25	31/12/24
Vendas e serviços prestados Sales and services rendered	13	5.120.226	4.771.790
Fornecimentos e serviços externos Supplies and external services	14	(1.760.989)	(1.545.142)
Gastos com o pessoal Personnel expenses	15	(3.077.421)	(2.961.670)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/ reversões) Accounts receivable impairments ((losses)/ reversions)	16	(147.140)	(127.536)
Aumentos/ (reduções) de justo valor Increase or (decrease) in fair value	17	(2.695)	(4.434)
Outros rendimentos Other income	18	114.781	31.614
Outros gastos Other losses	20	(349.579)	(347.374)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos Net income before depreciations, financial activities and taxes		(102.817)	(182.752)
Gastos de depreciação e de amortização Depreciations and amortizations	19	(276.443)	(348.077)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) Operational net income (before financing activities and taxes)		(379.260)	(530.829)
Juros e rendimentos similares obtidos Interests and similar income obtained	21	37.466	33.192
Juros e gastos similares suportados Interests and similar costs paid	21	(10.382)	(2.050)
Resultado antes de impostos Net income before taxes		(352.176)	(499.687)
Imposto sobre o rendimento do exercício Income taxes	7	(24.340)	(22.309)
Resultado líquido do exercício Net profit (loss)		(376.516)	(521.996)

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

[Handwritten signature]

DIRETOR GERAL | GENERAL MANAGER

[Handwritten signature]

DIREÇÃO | MANAGEMENT

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - MÉTODO DIRECTO |
CASH FLOW STATEMENT FOR THE YEARS ENDED ON 31 DECEMBER 2025 AND 2024 - DIRECT METHOD

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	NOTAS NOTES	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS CASH FLOW GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES:			
Recebimentos de clientes e associados Receipts from clients and members		5.313.527	4.050.140
Pagamentos a fornecedores Payments to suppliers		(2.244.030)	(2.062.001)
Pagamentos ao pessoal Payments to staff		(2.379.713)	(2.290.954)
Caixa gerada pelas operações Cash generated from operations		689.784	597.185
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento (Payment) / receipt of income tax		(16.672)	(2.772)
Outros recebimentos / (pagamentos) Others receipts / (payments)		(899.273)	(793.519)
Fluxos das atividades operacionais Cash flow generated by operating activities [1]		(226.161)	(199.106)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO CASH FLOW GENERATED BY INVESTMENT ACTIVITIES:			
Recebimentos provenientes de Receivements related to:			
Propriedades de investimento Investment properties		108.000	-
Investimentos financeiros Financial investments	8	350.000	-
Depósitos a prazo Term deposits	8	701.711	100.000
Juros e rendimentos similares Interests and similar gains obtained		27.551	19.815
		1.187.262	119.815
Pagamentos respeitantes a Payments related to:			
Ativos fixos tangíveis Tangible assets		(38.970)	(66.688)
Ativos intangíveis Intangible assets		(54.175)	(31.142)
Investimentos financeiros Financial investments	8	(572.695)	(124.434)
Depósitos a prazo Term deposits	8	(600.000)	(800.000)
Juros e gastos similares Interests and similar cost paid		(6.412)	(946)
		(1.272.251)	(1.023.210)
Fluxos das atividades de investimento Cash flow generated by investment activities [2]		(84.989)	(903.395)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO CASH FLOW GENERATED BY FINANCING ACTIVITIES:			
Pagamentos respeitantes a Payments related to:			
Juros e gastos similares suportados Interests and similar costs paid		-	-
Fluxos das atividades de financiamento Cash flow generated by financing activities [3]		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes Change in cash and cash equivalents [4]=[1]+[2]+[3]		(311.150)	(1.102.501)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício Cash and cash equivalents at beginning of year	3	1.192.247	2.294.748
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício Cash and cash equivalents at end of year	3	881.097	1.192.247

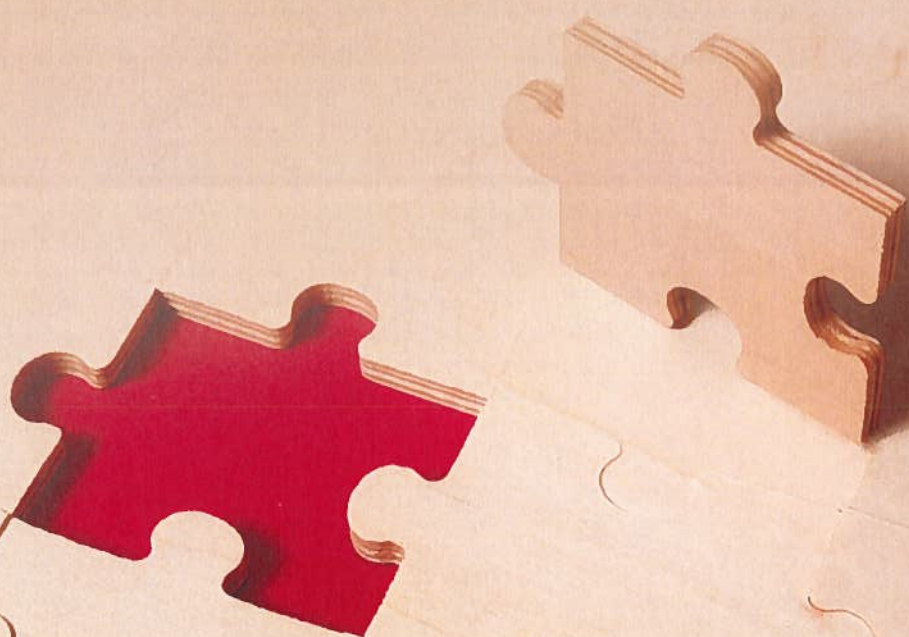
CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIRETOR GERAL | GENERAL MANAGER

DIREÇÃO | MANAGEMENT



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

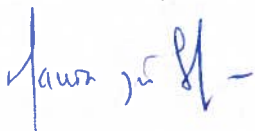


DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 |
STATEMENT OF CHANGES IN FUNDS FOR THE YEAR ENDED IN 31 DECEMBER 2025

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	Notas Notes	Resultados Transitados Retained Earnings	Resultado Líquido do Exercício Net Profit/(Loss)	Total dos Fundos patrimoniais Total Funds
Posição em 1 de janeiro de 2025 Balance as of January 1st 2025	10	5.579.189	(521.996)	5.057.193
Alterações do período Change in the period :				-
Aplicação de resultados de 2024 2024 Net loss application		(521.996)	521.996	-
		5.057.193	-	5.057.193
Resultado líquido do exercício Net loss			(376.516)	(376.516)
Posição em 31 de dezembro de 2025 Balance as of December 31st 2025	10	5.057.193	(376.516)	4.680.677

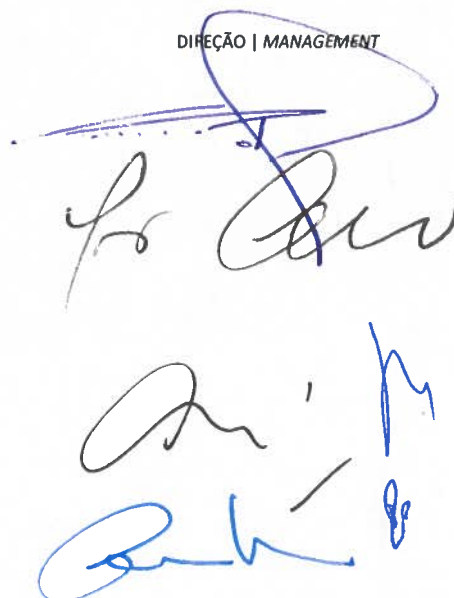
CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT



DIRETOR GERAL | GENERAL MANAGER



DIREÇÃO | MANAGEMENT

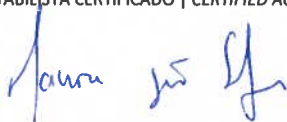


DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 |
STATEMENT OF CHANGES IN FUNDS FOR THE YEAR ENDED IN 31 DECEMBER 2024

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	Notas Notes	Resultados Transitados Retained Earnings	Resultado Líquido do Exercício Net Profit/(Loss)	Total dos Fundos patrimoniais Total Funds
Posição em 1 de janeiro de 2024 Balance as of January 1st 2024	10	5.942.299	(363.110)	5.579.189
Alterações do período Change in the period:				-
Aplicação de resultados de 2023 2023 Net loss application		(363.110)	363.110	-
		5.579.189	-	5.579.189
Resultado líquido do exercício Net loss			(521.996)	(521.996)
Posição em 31 de dezembro de 2024 Balance as of December 31st 2024	10	5.579.189	(521.996)	5.057.193

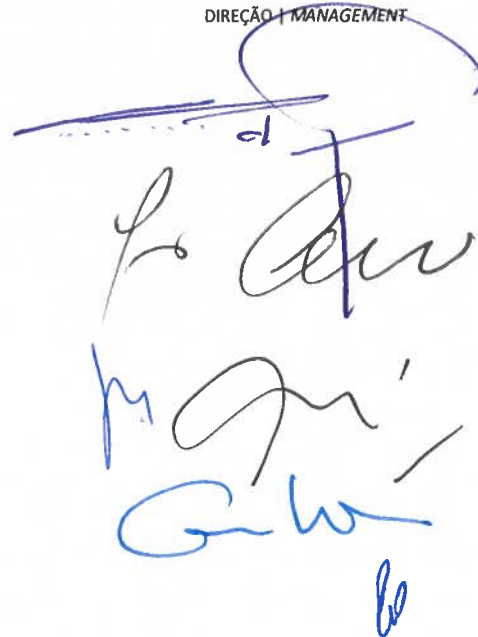
CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT



DIRETOR GERAL | GENERAL MANAGER



DIREÇÃO | MANAGEMENT





NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



1 NOTA INTRODUTÓRIA

A CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (CODIPOR ou Associação), constituída em 26 de novembro de 1985, é uma Associação sem fins lucrativos, com sede na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício K3, em Lisboa e que tem por objeto a gestão, a nível nacional, do Sistema Internacional GS1 bem como o acompanhamento, investigação, estudo, formação, implementação e desenvolvimento de outros sistemas que conduzam à normalização e simplificação de procedimentos no âmbito da Indústria, Comércio e Serviços.

A CODIPOR, é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos, reconhecida como entidade de Utilidade Pública em 2013. Pauta a sua conduta por princípios de neutralidade, imparcialidade e independência. É organização-membro da GS1 AISBL, a entidade global líder no desenvolvimento de standards e serviços de valor acrescentado, promotores da eficiência, segurança e sustentabilidade.

O Sistema GS1, que representa em Portugal, é um sistema de standards globais que promove a colaboração, interoperabilidade e rastreabilidade das cadeias de valor através da identificação, captura e partilha de dados de produto e serviços de valor acrescentado.

Em Portugal, é uma associação empresarial multisetorial, reunindo empresas – entre produtores de matérias-primas, retalhistas, produtores de marcas e distribuidores – associações setoriais, prestadores de serviços tecnológicos, entre outras organizações.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 Alterações de políticas contabilísticas

2.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira, relativa ao período anterior, apresentada nos comparativos.

2.1.2 Alterações nas normas e interpretações em efeitos nas demonstrações financeiras

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que têm aplicação obrigatória para períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL").

Da aplicação destas normas e interpretações ("NCRF-ESNL") não ocorreram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Associação.

2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para

as entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL") aprovada através do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Associação, preparadas nos termos legais, para aprovação em Conselho Fiscal e Assembleia Geral.

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), é necessário que a Associação e os Gestores da mesma, na preparação das suas demonstrações financeiras, efetuem julgamentos e estimativas, utilizando pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas, bem como os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Associação e os Gestores da mesma e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2.1 Derrogações de disposições do SNC

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL") as propriedades de investimento deverão ser apresentadas na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis. Exceionalmente, esta disposição foi derogada, atendendo à materialidade do item envolvido e tendo em vista uma melhor apresentação, respeitando o estabelecido nas NCRFs. Assim, as Propriedades de Investimento são apresentadas no balanço na rubrica com o mesmo nome e a depreciação contabilizada na respetiva subrubrica da Demonstração dos Resultados.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções:	
Edifícios	50
Obras / Construções	16-25
Instalações e equipamentos diversos	4-25
Equipamento administrativo:	
Aparelhagem e máquinas	3-10
Máq.n/especificadas e mobiliário	4-16
Computadores	3-5
Ferramentas e utensílios	4-8
Equipamento básico:	
Aparelhagem, máquinas e instalações	4-20
Mobiliário	8
Outros ativos fixos tangíveis:	
Não especificados	10
Ferramentas	4-8
Outras máquinas	5-10

Os bens de valor unitário inferior a mil Euros, são depreciados na totalidade no período em que são adquiridos.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos de depreciação e amortização".

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Os ativos fixos tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou não disponíveis e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis pela Associação e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis, correspondentes a programas de computador e projetos de desenvolvimento, são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, e registadas por contrapartida da rubrica "Gastos com depreciações e amortizações" da demonstração dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Programas de computadores	3-10
Projetos de desenvolvimento	3

Independentemente da vida útil definida para os ativos intangíveis, é efetuada com uma periodicidade anual, ou sempre que sejam identificados indícios de imparidade sobre os ativos, uma avaliação da mensuração dos ativos.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irá ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;

- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando a Associação pode demonstrar:

- A exequibilidade técnica de completar o ativo intangível de forma a que fique disponível para uso ou venda;
- A sua intenção para completar e que reúne condições para usar ou vender o ativo;
- Como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de recursos para completar o ativo;
- A capacidade de medir fiavelmente o dispêndio durante o desenvolvimento.

Os ativos intangíveis em curso representam ativos com um grau de acabamento que não permite o início da utilização dos mesmos, encontrando-se registados ao custo de aquisição e não sendo depreciados.

2.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios detidos para obtenção de rendas e não para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso ordinário dos negócios.

A propriedade de investimento é valorizada inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente imputáveis. Após o reconhecimento inicial, as Propriedades de Investimento são valorizadas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções:	
Edifícios	50
Obras / Construções	20-50
Instalações e equipamentos diversos	16-20

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Independentemente da vida útil das propriedades de investimento, é efetuada com uma periodicidade bianual, ou sempre que sejam identificados indícios de imparidade sobre os ativos, uma avaliação do valor de mercado dos referidos ativos, por referência a estudos realizados por entidades independentes.

2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação nas situações em que tal renovação é considerada provável. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Outros Ativos financeiros

Esta rubrica inclui obrigações e depósitos a prazo com maturidade superior a 3 meses detidas até à maturidade (obrigações de empresas maioritariamente com cotação divulgada publicamente). Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

2.8 Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo ou ao justo valor.

(i) custo

São mensurados “ao custo” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

(ii) justo valor

São mensurados “ao justo valor” por via de resultados o reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados quando não for previsível a detenção até à maturidade. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado. Se não existir um mercado ativo, a Associação estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Créditos a receber e Associados e membros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes e associados resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade da Associação e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

Os saldos de créditos a receber e Associados e membros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os créditos a receber e associados e membros são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

As perdas por imparidade são reconhecidas como gasto na Demonstração de Resultados. O critério para o reconhecimento de imparidades sobre saldos a receber é o económico, através de uma análise que considera a antiguidade de dívida. Todos os saldos de anteriores associados, já excluídos pela Associação, são ajustados, bem como a totalidade dos saldos de devedores em situação de insolvência ou reestruturação financeira. São ainda totalmente ajustados os saldos de devedores cuja data do último recebimento ocorreu há mais de 5 anos, bem como os saldos superiores a um ano de devedores sem qualquer pagamento desde a adesão. Adicionalmente, e para os restantes devedores, os saldos com antiguidade superior a um ano e os saldos para os quais já foram iniciados processos de ação executiva, são ajustados de acordo com o histórico de taxa de sucesso de recuperação da dívida o qual é apurado com base no escritório de advogados externo que apoia a Associação no referido processo de recuperação.

b) Adiantamentos a fornecedores

Os saldos de adiantamentos a fornecedores são registados ao custo. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

d) Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes encontram-se valorizados da seguinte forma:

- ✓ Outros devedores – ao custo menos imparidade;
- ✓ Juros a receber – ao custo;
- ✓ Adiantamentos a fornecedores de investimentos – ao custo menos imparidade;
- ✓ Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo;

e) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

f) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses ou que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a mais de três meses são apresentados na rubrica de Ativos Financeiros correntes – depósitos a prazo com maturidade superior a 3 meses.

Estes ativos são mensurados ao custo. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Associação adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de doze meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a terceiros" serão classificadas como passivos não correntes.

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. Usualmente, o custo destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

h) Adiantamentos de clientes e de Associados e Membros

Os Adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo.

j) Outros passivos correntes

Os outros passivos correntes encontram-se valorizados da seguinte forma:

- ✓ Outros credores - ao custo;
- ✓ Fornecedores de investimentos – ao custo;
- ✓ Credores por acréscimos de gastos - ao custo.

2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito de jóias é reconhecido quando ocorre a sua faturação na data de entrada do associado e o rédito proveniente de quotas, subscrições e taxas de manutenção é reconhecido de forma linear ao longo do período a que respeita e o rédito proveniente.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

2.10 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Os saldos em moeda estrangeira que se mantenham em dívida no final do ano, são convertidos à taxa de câmbio de fecho e a diferença é reconhecida em resultados do exercício.

2.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras por não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras por não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

2.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Análises de imparidade da propriedade de investimento;
- d) Registo de imparidades aos valores de contas a receber, de provisões e análise de passivos contingentes;
- e) Imparidade de ativos financeiros.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.13 Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

A Direção da Associação, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

2.14 Especialização dos exercícios

A Associação regista os rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

2.15 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários à ordem e depósitos a prazo imediatamente mobilizáveis (embora apresentem maturidade superior a 3 meses), líquidos de descobertos. A rubrica de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalha-se conforme se segue:

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	2.006	2.006
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	879.091	1.190.241
	881.097	1.192.247

4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2025						
	Ed. e outras Construções	Equipam. Básico	Equipam. Admini.	Outros ativos fixos Tangíveis	Ativo fixos Tang. em curso	Total
Ativos:						
Saldo Inicial	3.619.427	682.064	482.051	147.281	6.894	4.937.716
Aquisições	-	2.959	16.612	8.193	38.528	66.292
Alienações	-	-	(4.248)	-	-	(4.248)
Transferências	6.894	-	-	-	(6.894)	-
Saldo final	3.626.321	685.023	494.415	155.474	38.528	4.999.760
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:						
Saldo inicial	1.347.705	602.115	428.691	117.090	-	2.495.599
Depreciações do exercício	161.967	26.745	28.704	5.917	-	223.332
Alienações	-	-	(4.248)	-	-	(4.248)
Saldo final	1.509.672	628.860	453.148	123.007	-	2.714.684
Ativos líquidos	2.116.649	56.163	41.267	32.467	38.528	2.285.076
2024						
	Ed. e outras Construções	Equipam. Básico	Equipam. Admini.	Outros ativos fixos Tangíveis	Ativo fixos Tang. em curso	Total
Ativos:						
Saldo inicial	3.619.427	689.982	504.873	139.667	7.614	4.961.563
Aquisições	-	13.819	42.959	-	6.894	63.672
Alienações	-	(21.737)	(65.782)	-	-	(87.519)
Transferências	-	-	-	7.614	(7.614)	-
Saldo final	3.619.427	682.064	482.051	147.281	6.894	4.937.716
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:						
Saldo inicial	1.173.042	567.842	464.611	108.206	-	2.313.699
Depreciações do exercício	174.662	56.011	29.443	8.885	-	269.000
Alienações	-	(21.737)	(65.363)	-	-	(87.100)
Saldo final	1.347.705	602.115	428.691	117.090	-	2.495.598
Ativos líquidos	2.271.722	79.948	53.360	30.191	6.894	2.442.118

As aquisições de ativos fixos tangíveis efetuadas durante o exercício de 2025, respeitam maioritariamente a equipamento informático e de audiovisuais e ainda equipamento utilizados nos projetos de Serviços Validata.

5 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os movimentos ocorridos na quantia escriturada das Propriedades de Investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2025			
	Terreno Rec.Naturais	Ed. e outras Construções	Total
Ativos:			
Saldo inicial	207.001	1.257.948	1.464.949
Saldo final	207.001	1.257.948	1.464.949
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	-	835.296	835.296
Depreciações do exercício	-	39.591	39.591
Saldo final	-	874.887	874.887
Ativos líquidos	207.001	383.061	590.062

2024			
	Terreno Rec.Naturais	Ed. e outras Construções	Total
Ativos:			
Saldo inicial	207.001	1.257.948	1.464.949
Saldo final	207.001	1.257.948	1.464.949
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	-	794.581	794.581
Depreciações do exercício	-	40.715	40.715
Saldo final	-	835.296	835.296
Ativos líquidos	207.001	422.652	629.653

As quantias reconhecidas nos resultados relativas a Propriedades de Investimento, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram as seguintes:

2024		
	Rendimentos de rendas	Depreciações do exercício
Propriedade arrendada	80.000	(39.591)

2024		
	Rendimentos de rendas	Depreciações do exercício
Propriedade arrendada	-	(40.715)

Em novembro de 2024, a Associação consultou uma entidade externa, com o fim de obter uma avaliação do imóvel (frações de serviços localizadas no piso intermédio na Rua Professor Fernando da Fonseca n.ºs 16 A, 16 e 18, e Rua Alfredo Trindade n.ºs 2, 4 e 4A, Lumiar), resultando num valor de mercado de 1.207.000 Euros, pelo que, neste exercício, não existiu qualquer imparidade a reconhecer.

A avaliação foi realizada tendo como base no Valor de Mercado, definido pelas Normas Profissionais do RICS – janeiro de 2022 da seguinte forma: “Estimativa do montante mais provável pelo qual, à Data da Avaliação, um ativo ou passivo, após um período adequado de comercialização, poderá ser transacionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes atuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coação.” A metodologia utilizada na avaliação foi o Método do Rendimento e o Método Comparativo de Mercado-Venda.

A Direção entende que durante o ano findo em 31 de dezembro de 2025 não existiram alterações relevantes no justo valor do referido imóvel que resultem em indícios de perdas por imparidade sobre o valor líquido contabilístico do imóvel, motivo pelo qual não foi obtida nova avaliação com referência a 31 de dezembro de 2025.

No início de fevereiro de 2025 foi celebrado um novo contrato de arrendamento para este imóvel, ao abrigo do qual foram recebidos 108.000 Euros, dos quais 48.000 Euros a título de caução e para assegurar o bom cumprimento de todas as obrigações e valores por a liquidar.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 2025 e em 2024 o movimento ocorrido no montante dos Ativos Intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2025			
	Programas de comput. Proj. de Desenvolv.	Investimentos em curso	Total
Ativos:			
Saldo inicial	2.176.406	-	2.176.406
Aquisições	-	48.233	48.233
Outras variações	-	-	-
Saldo final	2.176.406	48.233	2.224.639
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	2.145.439	-	2.145.439
Amortizações do exercício	13.519	-	13.519
Saldo final	2.158.958	-	2.158.958
Ativos líquidos	17.447	48.233	65.681

2024			
	Programas de comput. Proj. de Desenvolv.	Investimentos em curso	Total
Ativos:			
Saldo inicial	2.145.003	-	2.145.003
Aquisições	31.403	-	31.403
Outras variações	-	-	-
Saldo final	2.176.406	-	2.176.406
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	2.107.077	-	2.107.077
Amortizações do exercício	38.362	-	38.362
Saldo final	2.145.439	-	2.145.439
Ativos líquidos	30.967	-	30.967

As aquisições de ativos intangíveis efetuadas durante o exercício de 2025, respeitam ao desenvolvimento da nova versão do *OneClickOnBoarding* (adesão online) lançada em janeiro de 2026 no *Website* da Associação, bem como análise e consultoria em *Service Design* para a Área do Associado e canais de suporte, para melhoria da experiência do associado que terá continuidade em 2026.

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A CODIPOR como Associação sem fins lucrativos está isenta de Imposto sobre o Rendimento referente à atividade não comercial, industrial ou agrícola.

Para efeito de apuramento do Imposto sobre o Rendimento, os rendimentos das atividades da CODIPOR repartem-se como se segue em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Rendimento sujeitos	631.182	354.746
Rendimentos isentos	2.849.410	2.810.921
	3.480.592	3.165.667
Cálculo do imposto sobre o rendimento:		
Rendimento (base imposto)	631.182	354.746
Imposto Apurado (2025: 20% ; 2024: 21%)	126.236	74.497
Imputação de gastos comuns	(631.182)	(354.746)
Resultado Fiscal	-	-
Tributação Autónoma	24.340	22.309
Total imposto apurado	24.340	22.309

Após os ajustamentos fiscais aos rendimentos sujeitos, a Associação utilizou os gastos comuns às atividades exercidas até a concorrência do rendimento fiscalmente relevante. Desta forma, o resultado fiscal é nulo, tendo assim apurado a pagar apenas o valor das tributações autónomas.

8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos e Passivos Financeiros em 31 de dezembro 2025 e em 2024 são detalhadas conforme se segue:

	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros:						
- ATIVOS NÃO CORRENTES:						
- Outros ativos financeiros não correntes:	690.000	-	690.000	346.861	-	346.861
Fundo de compensação	-	-	-	26.861	-	26.861
Ativos financeiros – Títulos obrigacionistas	690.000	-	690.000	320.000	-	320.000
- ATIVOS CORRENTES:						
- Créditos a receber	1.977.287	(1.901.978)	75.309	1.862.830	(1.821.925)	40.905
- Adiantamento a fornecedores	5.671	-	5.671	613	-	613
- Associados e membros	689.102	(251.195)	437.906	533.057	(184.108)	348.949
- Outros ativos financeiros correntes:	826.873	-	826.873	1.050.011	-	1.050.011
Ativos financeiros – Títulos obrigacionistas	200.000	-	200.000	350.000	-	350.000
Depósitos a prazo com maturidade superior a 3 meses	600.011	-	600.011	700.011	-	700.011
Fundo de compensação	26.861	-	26.861	-	-	-
- Outros ativos correntes:	192.074	(132.094)	59.980	211.184	(132.094)	79.090
Outros devedores	143.247	(132.094)	11.153	139.041	(132.094)	6.947
Juros a receber	19.824	-	19.824	20.376	-	20.376
Acréscimos de rendimentos	29.003	-	29.003	51.768	-	51.768
	4.381.006	(2.285.267)	2.095.740	4.004.557	(2.138.127)	1.866.430
Passivos financeiros:						
- PASSIVO NÃO CORRENTE:						
- Outros passivos financeiros não correntes:	8.000	-	8.000	-	-	-
Cauções	8.000	-	8.000	-	-	-
- PASSIVO CORRENTE:						
- Fornecedores	335.902	-	335.902	258.538	-	258.538
- Adiantamentos de clientes	26.755	-	26.755	27.475	-	27.475
- Adiantamentos de associados e membros	26.619	-	26.619	24.191	-	24.191
- Outros passivos correntes:	935.358	-	935.358	854.541	-	854.541
Acréscimos de gastos	842.780	-	842.780	832.025	-	832.025
Fornecedores de investimento	52.056	-	52.056	21.068	-	21.068
Outros credores	40.522	-	40.522	1.447	-	1.447
	1.332.634	-	1.332.634	1.164.744	-	1.164.744

Na rubrica de Ativos Financeiros não correntes – títulos obrigacionistas estão registados títulos obrigacionistas de longo prazo, cuja maturidade é conforme segue:

	2025	2024	Maturidade
Outros Ativos Financeiros não correntes			
Obrigações Tesouro Português	180.000	120.000	abril 2027
Obrigações Brisa	210.000	-	maio 2027
Obrigações REN	200.000	-	janeiro 2028
Obrigações EDP	100.000	-	junho 2028
Obrigações EDP	-	200.000	junho 2026
	690.000	320.000	

Relativamente aos títulos obrigacionistas de longo prazo, apesar dos mesmos apresentarem uma maturidade superior a um ano, caso a Direção assim o entenda, estes podem ser desmobilizados no curto prazo. Contudo, não existe

intenção da Direção de alienar tais títulos, no todo ou em parte, no curto prazo, sendo estes então considerados como ativos financeiros não correntes, em virtude de se pretender deter os mesmos até à maturidade.

Na rubrica de Ativos Financeiros correntes – títulos obrigacionistas estão registados títulos obrigacionistas de longo prazo, cuja maturidade é conforme segue:

	2025	2024	Maturidade
Outros Ativos Financeiros correntes			
Obrigações Tesouro Português	-	150.000	outubro 2025
Obrigações Brisa	-	100.000	março 2025
Obrigações REN	-	100.000	fevereiro 2025
Obrigações EDP	200.000	-	junho 2026
	200.000	350.000	

A taxa de juro média obtida com os títulos obrigacionistas, com cupão fixo anual, foi de 3,19% em 2025 (2,85% em 2024).

Na rubrica de Ativos Financeiros correntes – depósitos a prazo com maturidade superior a 3 meses, estão registados os depósitos a prazo, conforme segue:

	2025	2024
Banco BIC	100.000	200.000
Banco Santander	200.011	300.011
Banco Caixa Crédito Agrícola	100.000	100.000
Banco BPI	200.000	100.000
	600.011	700.011

A rubrica de Créditos a Receber inclui o saldo a receber por serviços prestados a empresas não associadas ou demitidas.

Na rubrica de Associados e Membros são registados os saldos a receber por quotizações de associados e outras prestações de serviços aos mesmos.

A rubrica de Outros Ativos Correntes inclui um acréscimo de rendimentos relativo a juros de aplicações financeiras de 19.824 Euros em 2025 (20.376 Euros em 2024), cujo cupão apenas será pago pelas Instituições Financeiras em 2025 e juros de depósitos a prazo que serão recebidos em 2026.

Na rubrica de Outros Passivos Correntes estão registados os acréscimos de gastos referentes ao período, relativos a serviços recebidos e não faturados, remunerações e bónus de desempenho dos colaboradores por liquidar, uma verba relacionada com o contrato de arrendamento da Propriedade de Investimento para assegurar o bom cumprimento de todas as obrigações e valores por liquidar a fornecedores de investimentos.

9 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Seguros	6.260	11.888
Consultoria	-	1.818
Gastos a reconhecer	210.424	177.193
	216.683	190.899

A rubrica de Diferimentos Ativos respeita essencialmente a gastos a reconhecer em períodos seguintes. No final de 2025, encontravam-se por reconhecer gastos relativos a 2026 com quotizações devidas à GS1 AISBL e GS1 GDSN (Membership Fee).

10 FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica Fundos Patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

	2025	2024
Resultados transitados	5.057.193	5.579.189
Resultado líquido	(376.516)	(521.996)
	4.680.677	5.057.193

11 DIFERIMENTOS PASSIVOS

A rubrica de Diferimentos Passivos em 31 de dezembro 2025 e em 2024 são detalhadas conforme se segue:

	2025	2024
Prestações de serviços	43.616	32.459
Renda Campo Grande	8.000	-
	51.616	32.459

A rubrica de Diferimentos Passivos – Prestações de serviços respeita essencialmente a rendimentos a reconhecer em períodos seguintes. No final de 2025, encontravam-se por reconhecer rendimentos relativos a 2026 relacionados com projetos no âmbito dos Serviços Validata, Estudos de Mercado e Serviços de Sustentabilidade que iniciaram no presente ano e foram pré-faturados de acordo com o estabelecido com o contrato.

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	6.100	1.248	-	16.672
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	119	32.432	119	27.980
Imposto sobre o valor acrescentado	15.145	-	2.179	9.693
Contribuições para a segurança social	-	49.784	-	42.032
Outros impostos	-	-	-	-
	21.364	83.463	2.298	96.377

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos regista uma variação positiva na parte passiva, de 12.914 Euros relacionada essencialmente com o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), no que concerne ao arrendamento da Propriedade de Investimento (Nota 5) em 2025, que se traduziu num maior valor a recuperar de retenções na fonte em sede daquele imposto. O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) também contribuiu com uma variação positiva na parte ativa e passiva, pois durante o ano de 2025, como se pode verificar nas rubricas de Diferimentos Passivos (Nota 11) e Rédito (Nota 13) o valor das operações que dão lugar a liquidação daquele imposto registaram um aumento relevante que permitiu uma regularização de IVA Pro-Rata superior ao ano anterior.

13 RÉDITO

O Rédito reconhecido pela Associação em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhado conforme se segue:

	2025	2024	Var. (€)	Var. (%)
Quotas	2.968.553	2.951.890	16.663	0,6%
Jóias	101.000	87.100	13.900	16,0%
Cursos de Formação	20.223	34.297	(14.074)	-41,0%
Taxa Atribuição Códigos	614.145	520.190	93.955	18,1%
Renovação/Atribuição códigos LEI	40.426	37.813	2.613	6,9%
Outros Serviços	277.568	254.619	22.949	9,0%
Serviços de Consultoria	106.997	88.693	18.304	20,6%
SyncPT	725.936	613.533	112.403	18,3%
Lean & Green	49.407	44.314	5.093	11,5%
Serviços Validata	128.160	58.826	69.334	117,9%
Patrocínios	55.483	41.090	14.393	35,0%
Eventos / Seminários	12.556	12.787	(231)	-1,8%
Aluguer Espaço	7.398	16.388	(8.990)	-54,9%
Programa de Parceiros Tecnológicos	12.375	10.250	2.125	20,7%
	5.120.226	4.771.790	348.436	7,3%

O aumento verificado no rédito da Associação em 2025 de 7,3%, deveu-se sobretudo, ao maior número de empresas a subscrever o serviço de SyncPT, plataforma que permite partilhar e gerir dados de produto (2025:484 e 2024:429 novas empresas), pelos novos serviços/funcionalidades e desenvolvimentos à medida disponibilizados na plataforma, bem como pelo aumento nas receitas relacionadas com a Taxa de Atribuição Códigos, que se encontra relacionado com o maior número de adesões brutas de 2025 (662) face a 2024 (572), na medida em que se encontram diretamente correlacionados, bem com o *mix* favorável do tipo de código atribuído.

Igualmente relevante, foi o aumento de 117,9% registado nas receitas de Serviços Validata relacionado com o maior número e dimensão dos projetos realizados em 2025, comparativamente ao ano anterior.

Nos Serviços de Consultoria verificou-se um aumento no rédito em 2025 de 20,6%, que se deveu sobretudo ao maior número de empresas a recorrer aos Serviços de Sustentabilidade (apoio à elaboração de Relatórios de Sustentabilidade e Inventário Gases Efeito de Estufa).

Ainda em 2025, verificou-se um decréscimo na receita de Cursos de Formação, pelo menor número de formandos.

Também em 2025, existiu um decréscimo na receita de Aluguer de Espaços, pela menor procura de espaços para a realização de eventos presenciais.

14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024	Var. (€)	Var. (%)
Serviços especializados	1.215.276	1.019.652	195.624	19,2%
Materiais	37.626	41.637	(4.011)	-9,6%
Energia e fluidos	45.062	50.457	(5.395)	-10,7%
Deslocações estadas e transporte	90.332	57.686	32.646	56,6%
Serviços Diversos	372.694	375.710	(3.016)	-0,8%
	1.760.989	1.545.142	215.848	14,0%

Dentro da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, os Serviços Especializados são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024	Var. (€)	Var. (%)
Serviços especializados				
- Estudos de mercado	8.892	7.973	919	11,5%
- Congressos / Seminários	11.947	2.691	9.256	344,0%
- Pessoal temporário	46.386	8.199	38.187	465,7%
- Projetos nacionais/internacionais	15.000	14.340	660	100,0%
- Serviços de consultoria	478.923	404.754	74.169	18,3%
- Comissões	24.069	14.943	9.126	61,1%
- Serviços de relações públicas	34.140	25.812	8.328	32,3%
- Serviços de advocacia	117.367	108.446	8.921	8,2%
- Serviços informáticos	58.040	49.747	8.293	16,7%
- Publicidade e propaganda	28.065	32.100	(4.035)	-12,6%
- Honorários	44.559	48.506	(3.947)	-8,1%
- Conservação e manutenção	36.498	54.932	(18.434)	-33,6%
- Serv. contabilidade/revisão de contas	22.246	22.971	(724)	-3,2%
- Serv. Bancários	16.624	13.099	3.526	26,9%
- Licença utilização software	209.803	159.481	50.323	31,6%
- Serv.coffee break/catering	27.564	29.843	(2.279)	-7,6%
- Base dados	13.996	14.397	(401)	-2,8%
- Inscrições em eventos	1.618	580	1.038	179,0%
- Serviços de transporte	3.878	1.394	2.484	178,2%
- Traduções/interpretações	-	1.104	(1.104)	-100,0%
- Outros	7.831	4.340	3.491	80,4%
- Serviços de recrutamento	7.828	-	7.828	-100,0%
	1.215.276	1.019.652	195.624	19,2%

Esta rubrica aumentou em 2025 cerca de 19,2% face ao exercício anterior. Esta variação verificou-se sobretudo nas seguintes subrubricas:

- Serviços de consultoria (+74.169 Euros) – por consultorias no apoio à elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade contratados e do Relatório de Sustentabilidade da Associação, conceitos criativos do 1º Congresso de Sustentabilidade e Supply Chain, consultoria de análise do cumprimento dos requisitos da Iso 27001, auditoria aos processos da SyncPT e análise do Ecosistema Digital da Associação;
- Licença utilização software (+50.323 Euros) – essencialmente este aumento está relacionado com o desenvolvimento de novas plataformas digitais e funcionalidades internas e externas que requerem licenciamentos adicionais e utilização de mais máquinas virtuais em ambiente remoto, bem como crescimento contínuo do número de subscritores na plataforma SyncPT;
- Pessoal temporário (+38.187 Euros) – contratação de recursos de suporte ao crescimento dos projetos nos Serviços Validata e Estudos de Mercado, bem como reforço da equipa de Apoio ao Associado pelo maior número de associados e serviços prestados a estes.

E das principais reduções:

- Conservação e manutenção (-18.434 Euros) – essencialmente por manutenções de equipamentos de AVAC e quadros elétricos e no edifício das instalações da Associação que não se repetiram em 2025.

Dentro da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, os Materiais são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024	Var. (€)	Var. (%)
Materiais				
- Material de escritório	5.457	6.540	(1.083)	-16,6%
- Artigos para oferta	17.562	26.096	(8.534)	-32,7%
- Ferramentas e uten.de desg. rápido	14.608	9.001	5.606	62,3%
	37.626	41.637	(4.011)	-9,6%

Dentro da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, as Energias e Fluidos são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024	Var. (€)	Var. (%)
Energia e fluidos				
- Combustíveis	21.722	22.921	(1.199)	-5,2%
- Electricidade	23.288	26.919	(3.631)	-13,5%
- Água	52	617	(564)	-
	45.062	50.457	(5.395)	-10,7%

Dentro da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, as Deslocações, Estadas e Transporte são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024	Var. (€)	Var. (%)
Deslocações estadas e transporte				
- Deslocações e estadas	54.968	36.069	18.899	52,4%
- Portagens	10.306	9.034	1.272	14,1%
- Outras Deslocações	19.541	7.970	11.571	145,2%
- Quilómetros	5.517	4.613	904	19,6%
	90.332	57.686	32.646	56,6%

O aumento de gastos nesta subrubrica encontram-se relacionada com o maior número de reuniões realizadas presencialmente e o maior número de projetos nos Serviços Validata nas instalações dos associados/clientes.

Dentro da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, os Serviços Diversos são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024	Var. (€)	Var. (%)
Serviços Diversos				
- Alugueres	189.590	173.620	15.970	9,2%
- Renting	54.018	70.602	(16.583)	-23,5%
- Comunicação	46.155	48.913	(2.758)	-5,6%
- Seguros	15.169	15.369	(200)	-1,3%
- Serviços de limpeza	64.739	63.532	1.207	1,9%
- Outros Serviços	-	881	(881)	-100,0%
- Contencioso	3.022	2.793	230	8,2%
	372.694	375.710	(3.016)	-0,8%

Os gastos com Serviços Diversos diminuem face a 2024, devido essencialmente a uma redução de gastos na subrubrica de *renting* pelo menor número de viaturas utilizados pela Associação, parcialmente compensado com o aumento de aluguer de espaços para a realização do 1º Congresso de Sustentabilidade e Supply Chain e do Congresso Anual da Associação.

15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com o pessoal no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Remunerações	2.518.339	2.449.689
Encargos sobre remunerações	437.789	411.981
Seguros de acidentes no trabalho	10.895	10.425
Gastos de ação social	22.158	15.432
Outros gastos	10.250	3.937
Saúde no trabalho	3.355	2.300
Segurança no trabalho	437	419
Seguro Saúde	54.808	51.423
Formação	19.391	16.064
	3.077.421	2.961.670

O número de colaboradores em 31 de dezembro de 2025 era de 49 (em 31 de dezembro de 2024: 51).

16 IMPARIDADE DE ATIVOS

As imparidades de dívidas a receber nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme se segue:

2025					
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Outras variações	Saldo Final
Dívidas de clientes (Nota 8)	1.821.925	80.052	-	-	1.901.979
Dívidas de associados (Nota 8)	184.108	67.088	-	-	251.194
Outras dívidas (Nota 8)	132.094	-	-	-	132.094
	2.138.128	147.140	-	-	2.285.267

2024					
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Outras variações	Saldo Final
Dívidas de clientes (Nota 8)	1.639.299	131.105	-	51.521	1.821.925
Dívidas de associados (Nota 8)	238.081	-	-	(53.972)	184.108
Outras dívidas (Nota 8)	135.663	-	(3.569)	-	132.094
	2.013.043	131.105	(3.569)	(2.451)	2.138.127

No período de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes montantes de imparidades:

	2025		2024	
	Gastos	Total	Gastos	Total
Perdas por imparidade				
Associados/clientes	147.140	147.140	127.536	127.536
	147.140	147.140	127.536	127.536

A imparidade afeta a Outras dívidas respeita na sua totalidade ao valor em dívida por uma ex-colaboradora.

A imparidade de dívidas a receber encontra-se apresentada no balanço a deduzir às respetivas rubricas a que respeita.

17 AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição da rubrica de Aumentos/reduções de justo valor no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Ganhos por aumento de justo valor	2.674	-
Reduções por aumento de justo valor	(5.369)	(4.434)
	(2.695)	(4.434)

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de Outros Rendimentos no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Rend. ganhos suplementares	96.715	24.196
Correções de períodos anteriores	2.238	6.479
Diferenças de câmbio favoráveis	277	-
Alienação de ativos tangíveis	285	573
Outros não especificados	2.396	366
Sinistros	12.869	-
	114.781	31.614

A rubrica de rendimentos e ganhos suplementares apresenta um aumento face a 2024 pelo arrendamento em fevereiro de 2025 da Propriedade de Investimento (Nota 5), representando as rendas recebidas 80.000 Euros.

A rubrica de sinistros inclui um valor recebido pela Associação pela venda do salvado de uma viatura.

19 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Propriedades de investimento (Nota 5)	39.591	40.715
Ativos fixos tangíveis (Nota 4)	223.332	269.000
Ativos intangíveis (Nota 6)	13.519	38.362
	276.443	348.077

A rubrica diminui face a 2024, pelo término da vida útil essencialmente de desenvolvimentos informáticos e outros ativos.

20 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de Outros Gastos no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Imposto sobre o valor acrescentado	1.272	695
Taxas	1.465	1.305
Descontos de pronto pagamento	17.595	15.330
Correcções relativas a exercícios ant.	21	1.126
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	190
Quotizações	308.321	307.764
Donativos	20.000	20.000
Outros não especificados	97	-
Sinistros	678	819
Alienação de ativos tangíveis	-	40
Outros impostos diretos	130	105
	349.579	347.374

21 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 2025 e 2024 são detalhados conforme se segue:

	2025	2024
Juros de Depósitos Obrigações em instituições de crédito		
- Juros obtidos	37.466	33.192
	37.466	33.192

A variação positiva na rubrica de juros obtidos está relacionada com a renovação da carteira de investimentos da Associação com taxa de juro média superior ano anterior (Nota 8).

Os juros e gastos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 2025 e 2024 são detalhados conforme se segue:

	2025	2024
Juros suportados	10.382	2.050
	10.382	2.050

O aumento na rubrica de juros suportados está essencialmente relacionado com a renovação da carteira de investimentos da Associação em que na aquisição de obrigações é pago o juro decorrido pelo período do cupão (Nota 8).

22 LOCAÇÕES

Locações Operacionais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido como gasto do período o montante de 173.905 Euros (185.359 Euros em 2024), relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, relativos ao escritório da sede da Associação e a veículos automóveis locados pela Associação.

Em 31 de dezembro de 2025 os pagamentos mínimos da locação dos escritórios da sede da Associação vencem como se segue:

Ano 2026	121.394 Euros
Ano 2027-2030	495.527 Euros
Ano 2031 e seguintes	1.342.051 Euros

Em 31 de dezembro de 2025 a Associação tinha contratos de locação operacional de viaturas, com pagamentos mínimos de locação com vencimento como se segue:

Ano 2026	55.503 Euros
Ano 2027-2029	123.350 Euros

23 PARTES RELACIONADAS

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos e transações da Associação com partes relacionadas eram os seguintes:

	2025				2025			
	(em Euros)				(em Euros)			
	Associados e membros	Fornecedores	Outros ativos correntes	Diferimentos (Passivos)	Associados e membros	Fornecedores	Outros ativos correntes	Diferimentos (Passivos)
Entidades nomeadas (e outras entidades em relação de grupo) como membros da Direção	28.567	(3.348)	5.350	4.839	13.946	56	38.000	2.239

	2025		2024	
	(em Euros)		(em Euros)	
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos
Entidades nomeadas (e outras entidades em relação de grupo) como membros da Direção	176.996	18.219	173.893	11.664

As entidades incluídas nos quadros anteriores são as entidades que se encontravam nomeadas para cargos nos Órgãos Sociais da Associação nos respetivos anos, bem como as entidades que se encontravam em relação de grupo com essas entidades.

24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários em 31 de dezembro de 2025 relacionados com serviços de Auditoria Externa ascenderam a 12.500 Euros.

25 GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Associação tinha assumido responsabilidades pela apresentação das seguintes garantias bancárias:

Ano de início	Entidade	Tipo de Garantia	Montante
2014	Petrogal, S.A.	Caução	5.000

27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo não ocorreram eventos subsequentes, que alterem as Demonstrações Financeiras da Associação.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2026

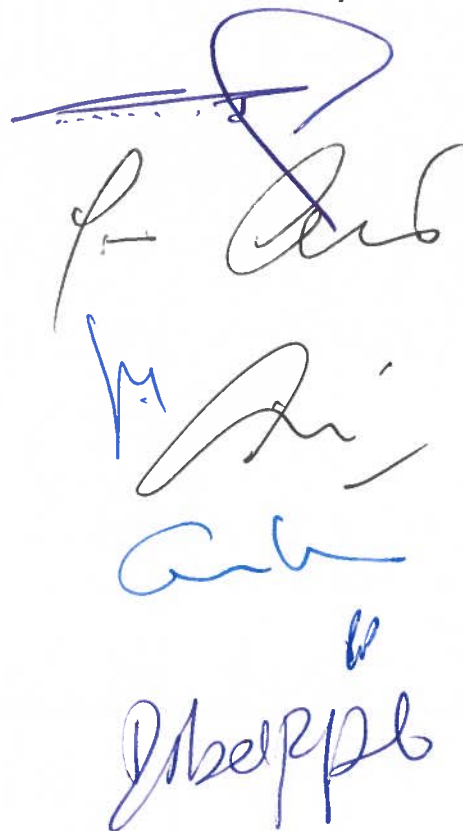
CONTABILISTA CERTIFICADO



DIRETOR GERAL

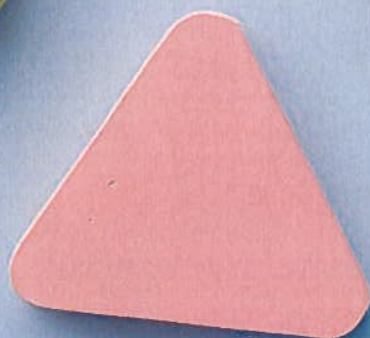


DIREÇÃO





**PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DE
RESULTADOS**



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS – CONTAS 2025

Exmos. Senhores Associados,

A Direção propõe que o resultado líquido negativo apresentado, 376.516 € (Trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e dezasseis Euros), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, transite para a rubrica de "Resultados Transitados".

Lisboa, 18 de fevereiro de 2026

A DIREÇÃO



Presidente – Auchan Retail Portugal, S.A.



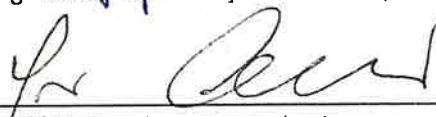
Vice-Presidente – Sogrape Distribuição, S.A.



Vogal – Modelo Continente Hipermercados, S.A.



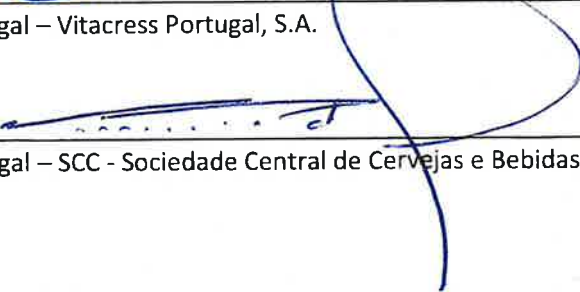
Vogal – Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.



Vogal – Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda.



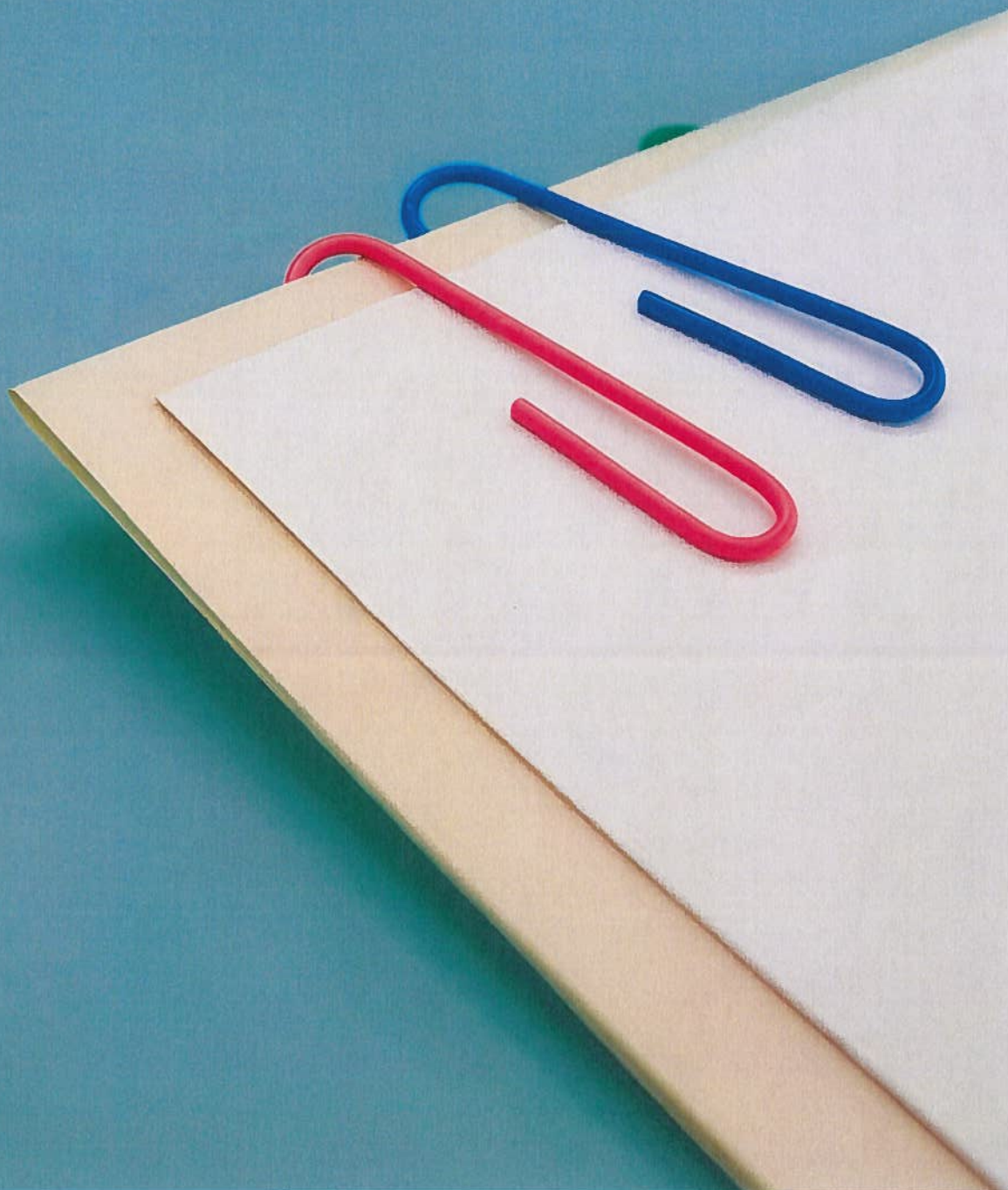
Vogal – Vitacress Portugal, S.A.



Vogal – SCC - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A.



RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Áuditámos as demonstrações financeiras anexas da CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (a “Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 6.155.702 Euros e um total de fundos patrimoniais de 4.680.677 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 376.516 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions e quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2026. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo com o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Pedro de Freitas Roldão, ROC
Registo na OROC n.º 1716
Registo na CMVM n.º 20161326

08

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Codipor – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (doravante designada por “Associação”) e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora efetuada e dar o Parecer sobre as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que a Direção da Codipor – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções da sua competência, tal como previsto nos Estatutos, através da realização de reuniões periódicas com o Diretor Geral, e com os responsáveis financeiros da Associação.

Reunimos por diversas vezes com o Auditor Externo, acompanhando o desempenho da sua função.

Acompanhámos o processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a auditoria anual.

Apreciámos o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025, com o qual concordamos.

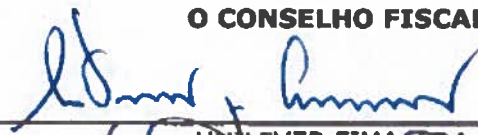
No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) as demonstrações financeiras e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Associação;

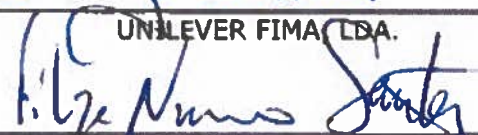
Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e serviços da Associação, bem como as conclusões constantes do Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras, exprimimos a nossa concordância com as Demonstrações Financeiras e com a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2025 (transferência do resultado líquido negativo de 376.516 € - Trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e dezasseis Euros - para a rubrica de Resultados Transitados), pelo que somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

Lisboa, 05 de março de 2026

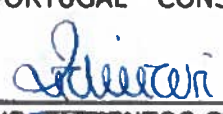
O CONSELHO FISCAL



UNILEVER FIMA LDA.



SOVENA PORTUGAL - CONSUMER GOODS, S.A.



GELPEIXE, ALIMENTOS CONGELADOS, S.A.



Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício K3
1649-038 Lisboa, Portugal

Chamadas para a rede fixa nacional:
Geral: +(351) 21 752 07 51
Apoio ao Associado: +(351) 217 520 740

Email: info@gs1pt.org

Site: www.gs1pt.org